

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Nestes dias a IP está a encerrar os postos de manutenção de via em Alfarelos, Nine, Régua e Esmoriz. O trabalho que estes Postos asseguravam vai ser entregue às empresas privadas que vão monopolizando o sector. Os trabalhadores da IP que até agora asseguravam esta função estão a ser convidados a rescindir os contratos por mútuo «acordo» com o pagamento de indemnizações. Alguns poderão ainda ser integrados no processo de fiscalização da operação agora entregue ao sector privado. No fundo, a IP está a investir para criar mais oportunidades de negócio aos grupos privados, continuando a ignorar os alertas do próprio GISAF sobre as consequências para a segurança desta política da IP. E a IP continua a investir em substituir emprego qualificado pela subcontratação. Não se percebe a que prioridades nacionais pode dar resposta esta política da IP, que cria emprego desqualificado, aumenta os custos reais e aumenta o risco da operação. Já do ponto de vista da operação, são evidentes os prejuízos causados pelo desmantelamento destas unidades, que degradarão ainda mais a capacidade de resposta aos problemas da infraestrutura ferroviária.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, perguntamos o seguinte:

- Quando vai o Governo dar orientações à IP para travar a destruição da capacidade pública de resposta à Manutenção da Rede Ferroviária Nacional?

Palácio de São Bento, 10 de julho de 2019

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)